MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE SUBPROCURADOR DE CONTAS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ (MPCM/PA)

RESPOSTAS ÀS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL Nº 1 – MPCM/PA – SUBPROCURADOR,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

Sequencial: 1

Item/Subitem: 14.1, letra "i"

Argumentação: ITEM 14.1, letra "i". Em desconformidade com o Regulamento do concurso. De acordo com o Regulamento, o atestado de boa conduta deve ser realizado por dois membros vitalícios do Ministério Público ou Poder Judiciário. Não há exigência de que sejam membros vitalícios "que residam no local de domicílio do candidato nos últimos cinco anos, todos com os respectivos telefones de contato". No mesmo sentido, é o art. 17, inciso VII, da Lei Orgânica do MPCM/PA. Portanto, tal item deve ser adequado ao que se previa no Regulamento e à Lei Orgânica do MPCM/PA.

Resposta: indeferido. A exigência se justifica em face da necessidade de o membro do Ministério Público ou do Poder Judiciário só poder atestar a idoneidade de um candidato se com ele tiver o mínimo de convivência.

Sequencial: 2

Item/Subitem: 16.2.1

Argumentação: Matéria: contabilidade pública, tópico " 1. Sistema de Contabilidade Federal. ". Trata-se de concurso público para atuação em âmbito estadual, para controle de atos exercidos no âmbito da Administração Pública Municipal. O Sistema de Contabilidade Federal é instituído pelo Decreto nº 6.976/2009, o qual, em seu art. 2º, é explícito ao afirmar que "Art. 2º O Sistema de Contabilidade Federal visa a evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União ". Nesse sentido, o tópico em questão não tem correlação direta com a área de atuação do cargo público a ser provido, motivo pelo qual deve ser suprimido do edital de abertura. Matéria "DIREITO PROCESSUAL: I DIREITO PROCESSUAL DE CONTAS", tópico " 10.5. Legislação do Tribunal de Contas da União (aplicação subsidiária)". Não existe aplicação subsidiária da legislação do TCU neste caso, considerando-se que as Cortes de Contas são independentes em sua atuação, sendo aplicado tão somente o princípio da simetria naquilo que está expressamente previsto no texto constitucional, mas não na legislação infraconstitucional. A própria Lei Orgânica do TCM/PA, em seu art. 70, assevera que "Art. 70. Aplica-se à comunicação dos atos processuais, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Civil." No Regimento Interno do TCM/PA, há previsão de que "Art. 305. Aplicam-se subsidiariamente aos processos de competência do Tribunal de Contas as normas do Código de Processo Civil e as do Código de Processo Penal Brasileiro". Assim sendo, o tópico que refere-se à aplicação subsidiária de legislação do TCU deve ser suprimido. Matéria: "DIREITO PREVIDENCIÁRIO". Tópicos "Lei Complementar Estadual nº 39/2002 e suas alterações; Lei Complementar Estadual nº 111/2016 e suas alterações". Ambas as leis são afetas ao regime jurídico de servidores estaduais. A primeira trata do "Regime de Previdência dos Militares e Servidores do Estado do Pará" e a segunda "Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado do Pará, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da constituição federal". O TCM/PA (junto ao qual o MPCM/PA atua) fiscaliza os atos de aposentadoria de servidores públicos no âmbito municipal e não estadual. Dessa forma, as leis em questão não podem ser utilizadas em pareceres a serem elaborados pelos Procuradores do MPCM/PA, os quais terão que valer-se da legislação municipal aplicável, considerando-se a autonomia concebida pela Constituição de 1988 aos municípios. Dessa forma, não há correlação entre as leis

em questão e as atribuições do cargo referente ao certame, motivo pelo qual os tópicos em questão devem ser suprimidos do edital.

Resposta: indeferido. Foi apresentada impugnação em razão da inclusão da Matéria: contabilidade pública, tópico “1. Sistema de Contabilidade Federal”, sob o argumento de que se trata de concurso público para atuação em âmbito estadual, para controle de atos exercidos no âmbito da administração pública municipal, o que não teria correlação direta com a área de atuação do cargo público a ser provido. A atuação do Subprocurador realmente é no controle de atos exercidos no âmbito da administração pública dos 144 municípios do Estado do Pará, que possuem legislação específica. Ocorre que não há viabilidade em se exigir do candidato o conhecimento da legislação específica de cada um desses municípios, pelo que, a Comissão do Concurso optou, assim como o próprio TCM e TCE o fazem, em exigir o conhecimento de Sistema de Contabilidade Federal, visto que copiado e seguido pela maioria dos administradores municipais. Ademais a administração municipal está sujeita ao sistema de contabilidade federal em face do repasse de verbas federais, mediante convênios, termos de cooperação e outros, que são analisadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e conseqüentemente, pelo MPCM/PA.

Foi suscitada também a inclusão da Matéria “Direito Processual: I DIREITO PROCESSUAL DE CONTAS, tópico 10.5 Legislação do Tribunal de Contas da União (aplicação subsidiária), sob o argumento de que as Cortes de Contas são independentes em sua atuação, sendo aplicado tão somente o princípio da simetria naquilo que está expressamente previsto no texto constitucional, mas não na legislação infraconstitucional. Sustenta que a Lei Orgânica do TCM (art. 70) estabelece que se aplica as normas do CPC e no Regimento Interno estabelece que se aplicam as normas do CPC e CPB. Entende-se que a matéria é relevante, na medida em que poderá ser aplicada ou suscitada em caso de omissão legislativa estadual em determinadas situações. Ademais, os Tribunais de Contas Estaduais e dos Municipais adotam como referência e parâmetro a legislação regente do TCU.

Finalmente, foi questionada a inclusão da Lei Complementar Estadual nº 39/2002 e suas alterações; Lei Complementar Estadual nº 111/2016 e suas alterações, sob o argumento de que o TCM/PA fiscaliza os atos de aposentadoria de servidores públicos no âmbito municipal e não estadual, pelo que as referidas normas não poderiam ser utilizadas nos pareceres a serem elaborados pelos Subprocuradores que terão que se valer da legislação municipal aplicável, pelo que requer seja suprimido do edital os itens.

Mais uma vez sem qualquer razão a impugnação. Ao contrário do sustentado, os Subprocuradores e Procuradores do MPCM/PA analisam os atos de aposentadoria e pensões dos servidores dos municípios do Estado do Pará, e, também, deverão analisar os atos de aposentadoria, pensão e todos os demais direitos dos servidores do próprio órgão, pelo que precisam ter domínio da legislação estadual que os regem. Ademais, não seria possível estabelecer no edital a legislação dos 144 municípios do Estado, visto que os Subprocuradores analisarão os atos de servidores dos municípios, pelo que precisam conhecer a legislação estadual regente, que, na maioria das vezes tem simetria com a legislação municipal, e também é utilizada por eles subsidiariamente. Desse modo, a Comissão do Concurso entende pela manutenção do Edital.

Sequencial: 3

Item/Subitem: 3

Argumentação: Prezada banca O item impugnado estabelece os requisitos para a investidura no cargo de Subprocurador de Contas do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Ocorre que, diferentemente da Lei Complementar nº 086, de 3 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, não consta como requisito a idade mínima de 35 anos na data da posse. Vejamos o artigo 17 da citada Lei Complementar: Art. 17. O ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará dar-se-á por concurso público de provas e

títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, organizado e realizado pela Procuradoria-Geral. Parágrafo único. São requisitos para o ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará: I - ser brasileiro; II - ser bacharel em Direito, com, no mínimo, três anos de atividade jurídica; III - possuir mais de 35 anos na data da posse; IV - estar em pleno gozo dos direitos políticos; V - estar quite com o serviço militar; VI - ter aptidão física e psíquica, comprovada por laudo médico de órgão oficial, realizado por requisição do Ministério Público; VII - ter boa conduta social e idoneidade moral, atestadas por, pelo menos, dois membros vitalícios do Ministério Público de Contas ou do Poder Judiciário, sem prejuízo das informações circunstanciadas colhidas pela Comissão de Concurso sobre a conduta pessoal, social, familiar e profissional do candidato; VIII - não registrar antecedentes criminais, comprovando tal requisito por certidão negativa ou folha corrida expedida pelo Poder Judiciário dos Estados, da Justiça Federal, da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral do local ou dos locais em que o candidato tiver residido nos últimos cinco anos. Veja-se que o edital suprime vários requisitos constantes na lei que regula a carreira. Desta feita, é necessária que haja a retificação do edital para que consta expressamente todos os requisitos legais - inclusive a idade mínima de 35 anos na data da posse - para aqueles que almejam a investidura no cargo de Subprocurador de Contas. Certo do atendimento. Pede-se deferimento.

Resposta: indeferido.

Em que pese os questionamentos do impugnante, muito embora a Lei Complementar nº 086/2013 tenha, à época, fixado o limite de idade de 35 anos como requisito de investidura no cargo, o MPCM editou a Resolução nº 007/2019, considerando o novo posicionamento firmado pelo STF, por meio da Súmula nº 683, que assim estabelece: “O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.”

No caso do cargo a ser preenchido – Subprocurador de Contas, constatou-se que não há como ser justificada a exigência de limite de idade em face da natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, que exige atividade intelectual, salientando-se que, para os cargos de Juiz de Direito e Promotor, não mais existe tal exigência.

Nesse sentido, a jurisprudência do STF está consolidada, conforme arestos a seguir transcritos:

“O estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público apenas é legítimo quando justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido. [Tese definida no ARE 678.112 RG, rel. min. Luiz Fux, P, j. 25-4-2013, DJE 93 de 17-5-2013, Tema 646.]”

“CONCURSO PÚBLICO – LIMITE DE IDADE. A imposição de limite de idade para inscrição em concurso público não prescinde de base decorrente da função a ser exercida - Verbete nº 683 da Súmula do Supremo. (ARE 804547 AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-185 DIVULG 23-09-2014 PUBLIC 24-09-2014)”

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO DA POLÍCIA MILITAR. LIMITE DE IDADE: NECESSIDADE DE RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 683 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 809533 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-158 DIVULG 15-08-2014 PUBLIC 18-08-2014).

EMENTA: CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ACÓRDÃO QUE CONCLUIU PELA ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DA IDADE MÁXIMA DE 35 ANOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AS NORMAS DOS ARTS. 7º, XXX, E 37, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A Constituição Federal, em

face do princípio da igualdade, aplicável ao sistema de pessoal civil, veda diferença de critérios de admissão em razão de idade, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei e aquelas em que a referida limitação constitua requisito necessário em face da natureza e das atribuições do cargo a preencher. Existência de disposição constitucional estadual que, a exemplo da federal, também veda o discrimine. Recurso extraordinário não conhecido. (STF - Recurso Extraordinário 140.945-2)

Desse modo, diante das decisões proferidas pelo STF acima transcritas, a Comissão do Concurso se manifesta pela manutenção integral dos termos do Edital, visto que as normas que estabelecem limite de idade para ingresso em cargos sem justificativa plausível vêm sendo afastadas pelo Poder Judiciário, devendo, assim, ser rejeitada a impugnação apresentada.

Sequencial: 4

Item/Subitem: 11.3, alínea D

Argumentação: Excelentíssimos membros da Douta Comissão de Organização do Concurso, a avaliação de títulos é uma etapa importante do certame e também visa manter a isonomia e a competitividade entre os participantes do certame, de acordo com os princípios da Administração Pública insculpidos na Constituição Federal de 1988 e de acordo com o interesse da administração (Estado do Pará, através do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará). Nesse sentido, ao estabelecer pontuação de títulos em certames de tamanha envergadura, importa também observar os princípios de ponderação da razoabilidade e da proporcionalidade, que são esteiras de bom senso e de justiça, na doutrina e na jurisprudência pátria, a fim de assegurar a perfeita isonomia entre os candidatos. Por isso, como se aceita como atividade jurídica o exercício de cargos ou empregos onde predominam o exercício de conhecimentos jurídicos, nos termos do item 3.12.1, alínea b, do edital em questão, que diz: "b) o exercício de cargo, efetivo ou em comissão, emprego ou função, inclusive de magistério superior, que exijam a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos" (...). Também é razoável, justo, adequado e proporcional que se aceita o exercício de tais cargos ou empregos presentes na alínea b) para pontuação de títulos, a fim de contemplar e assegurar a observância do princípio constitucional da isonomia. Sabe-se que a pontuação de títulos é critério discricionário e facultativo da administração do órgão público (Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará), que adota critérios que entende devidos e salutares para a carreira. Entretanto, também se sabe que é aceito na doutrina e na jurisprudência pátria, inclusive por meio de resoluções no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, que há cargos e/ou empregos que exercem atividades tipicamente jurídicas, com predominância de conhecimentos jurídicos, como direito do trabalho, direito administrativo, direito constitucional, direito previdenciário e direito tributário. Ademais, é preciso ampliar ao máximo a igualdade entre os participantes do certame, por critérios de justiça e razoabilidade, em observância ao interesse público. Por isso, face o exposto, impugna-se o presente edital, no item 11.3, alínea D, para solicitar a inclusão do item 3.12.1, alínea b), como critério de pontuação para reconhecimento de titulação, tendo em vista os princípios da isonomia, do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade.

Resposta: indeferido: A administração pública dispõe de poder discricionário para selecionar os candidatos que atendem de maneira mais adequada ao perfil dos cargos a serem providos. O quadro de atribuições de pontos na avaliação de títulos segue o disposto na Resolução nº 007/2019 do MPCM/PA, portanto, não há qualquer ajuste a ser feito.

Sequencial: 5

Item/Subitem: 11.3

Argumentação: Dos itens "A" a "H" do item 11.3 observa-se que não consta como item específico para avaliação de títulos a aprovação exclusivamente em concurso para membro de Ministério Público de Contas. Ora, é sabido quem em concursos para cargos semelhantes (magistratura, procuradoria, defensoria, etc., e procurador de contas), é prática amplamente adotada, valorar como título a aprovação em concursos para o mesmo cargo em outros órgãos, a fim de se permitir e estimular a seleção de candidatos mais bem vocacionados para o desempenho do cargo, o que proporciona amplo benefício para a instituição e para a qualidade do serviço público futuramente prestado à população, além de honrar o árduo trabalho intelectual de comissões organizadoras e de candidatos aprovados em certames nessa área, com reduzido número de vagas. Dessa forma, respeitosamente, solicita-se que a mui digna Comissão Organizadora considere a possibilidade de se incluir no rol do item 11.3 do aludido edital, a "aprovação em concurso público para cargo de membro de Ministério Público Junto a Tribunal de Contas" como alínea a ser valorada no quadro de atribuição de pontos para a prova de títulos. São os termos em que, com todo respeito, é apresentada esta Impugnação, agradecendo, desde já, pela atenção e exame da matéria levantada.

Resposta: indeferido. A administração pública dispõe de poder discricionário para selecionar os candidatos que atendem de maneira mais adequada o perfil dos cargos a serem providos. O quadro de atribuições de pontos na avaliação de títulos segue o disposto na Resolução nº 007/2019 do MPCM/PA, portanto, não há qualquer ajuste a ser feito.

Sequencial: 6

Item/Subitem: 2 e 3

Argumentação: Nesses itens do edital constam os requisitos para assunção do cargo, contudo existem duas impropriedades segundo o art.17 da Lei Complementar nº 086/2013 senão vejamos: Art. 17. O ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará dar-se-á por concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, organizado e realizado pela Procuradoria-Geral. Parágrafo único. São requisitos para o ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará: omissis... III - possuir mais de 35 anos na data da posse; omissis VII - ter boa conduta social e idoneidade moral, atestadas por, pelo menos, dois membros vitalícios do Ministério Público de Contas ou do Poder Judiciário, sem prejuízo das informações circunstanciadas colhidas pela Comissão de Concurso sobre a conduta pessoal, social, familiar e profissional do candidato; Então como pode se observar, a idade mínima para ingresso no cargo é de 35 anos na data da posse, requisito que está ausente no edital. Em relação a conduta atestada ela pode ser realizada por dois dois membros vitalícios do Ministério Público de Contas, ou seja é o Ministério Público especializado, da forma que consta no edital faz-se pensar que se trata do Ministério Público comum, levando o candidato a erro. Assim, pelos motivos acima explicitados o edital em questão merece retificação.

Resposta: indeferido.

Em que pese os questionamentos do impugnante, muito embora a Lei Complementar nº 086/2013 tenha, à época, fixado o limite de idade de 35 anos como requisito de investidura no cargo, o MPCM editou a Resolução nº 007/2019, considerando o novo posicionamento firmado pelo STF, por meio da Súmula nº 683, que assim estabelece: "O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido."

No caso do cargo a ser preenchido – Subprocurador de Contas, constatou-se que não há como ser justificada a exigência de limite de idade em face da natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, que exige atividade intelectual, salientando-se que, para os cargos de Juiz de Direito e Promotor, não mais existe tal exigência.

Nesse sentido, a jurisprudência do STF está consolidada, conforme arestos a seguir transcritos:

“O estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público apenas é legítimo quando justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido. [Tese definida no ARE 678.112 RG, rel. min. Luiz Fux, P, j. 25-4-2013, DJE 93 de 17-5-2013, Tema 646.]”

“CONCURSO PÚBLICO – LIMITE DE IDADE. A imposição de limite de idade para inscrição em concurso público não prescinde de base decorrente da função a ser exercida - Verbete nº 683 da Súmula do Supremo. (ARE 804547 AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-185 DIVULG 23-09-2014 PUBLIC 24-09-2014)”

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO DA POLÍCIA MILITAR. LIMITE DE IDADE: NECESSIDADE DE RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 683 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 809533 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-158 DIVULG 15-08-2014 PUBLIC 18-08-2014).

EMENTA: CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ACÓRDÃO QUE CONCLUIU PELA ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DA IDADE MÁXIMA DE 35 ANOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AS NORMAS DOS ARTS. 7º, XXX, E 37, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A Constituição Federal, em face do princípio da igualdade, aplicável ao sistema de pessoal civil, veda diferença de critérios de admissão em razão de idade, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei e aquelas em que a referida limitação constitua requisito necessário em face da natureza e das atribuições do cargo a preencher. Existência de disposição constitucional estadual que, a exemplo da federal, também veda o discrimine. Recurso extraordinário não conhecido. (STF - Recurso Extraordinário 140.945-2)

Desse modo, diante das decisões proferidas pelo STF acima transcritas, a Comissão do Concurso se manifesta pela manutenção integral dos termos do Edital, visto que as normas que estabelecem limite de idade para ingresso em cargos sem justificativa plausível vêm sendo afastadas pelo Poder Judiciário, devendo, assim, ser rejeitada a impugnação apresentada.

Quanto ao segundo aspecto, relacionado a conduta do candidato ser atestada por dois membros vitalícios do Ministério Público de Contas, ou se do Ministério Público Estadual, a Comissão do Concurso atendeu ao disposto na Resolução nº 007/2019, que, visando não restringir a participação de candidatos, decidiu ampliar a exigência para que o atestado possa ser emitido por membro do Ministério Público Estadual ou de Contas. Portanto, a Comissão se manifesta pela rejeição da impugnação.

Sequencial: 7

Item/Subitem: 3

Argumentação: Prezado (s) componentes da douta Banca Examinadora, vem mui respeitosamente à presença da comissão do concurso ou quem de direito, nos termos do edital em epígrafe, impugnar o item 3, por ausência de requisito legal, como condição necessária e suficiente para o exercício do cargo de membro do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, conforme dispositivo expresso, vigente e válido da Lei Complementar n. 86, de 03 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Vejamos os requisitos para o exercício do cargo de membro do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (Subprocurador), nos termos do

art. 17, da lei supramencionada: Art. 17. O ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará dar-se-á por concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, organizado e realizado pela Procuradoria-Geral. Parágrafo único. São requisitos para o ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará: I - ser brasileiro; II - ser bacharel em Direito, com, no mínimo, três anos de atividade jurídica; III - possuir mais de 35 anos na data da posse; IV - estar em pleno gozo dos direitos políticos; V - estar quite com o serviço militar; VI - ter aptidão física e psíquica, comprovada por laudo médico de órgão oficial, realizado por requisição do Ministério Público; VII - ter boa conduta social e idoneidade moral, atestadas por, pelo menos, dois membros vitalícios do Ministério Público de Contas ou do Poder Judiciário, sem prejuízo das informações circunstanciadas colhidas pela Comissão de Concurso sobre a conduta pessoal, social, familiar e profissional do candidato; VIII - não registrar antecedentes criminais, comprovando tal requisito por certidão negativa ou folha corrida expedida pelo Poder Judiciário dos Estados, da Justiça Federal, da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral do local ou dos locais em que o candidato tiver residido nos últimos cinco anos. A impugnação em epígrafe visa acrescentar o inciso III, do art. 17, da Lei Complementar 86/2013, tendo em vista a ausência no edital e também sua ausência na Resolução nº 007/2019 – MPCM/PA. Desse modo, para o exercício do cargo de Subprocurador de Contas ou de Procurador de Contas dos Municípios do Estado do Pará, é requisito legal "possuir mais de trinta e cinco anos" de idade, requisito este que será apurado na data da posse. Assim, os candidatos que pretendem ingressar na carreira em questão, antes da inscrição no concurso, tem que conhecer e preencher esse requisito temporal de idade, previsto expressamente na Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, sob pena de, caso forem aprovados e classificados dentro do número de vagas, na data da posse, não preencherem o requisito legal para o exercício do cargo e serem eliminados do certame. Nesse sentido, com objetivo de preservar a isonomia e a lisura do certame, como já é de costume da Douta Banca, pugno pelo acréscimo do inciso III, art. 17, da Lei Complementar n. 86/2013, do Estado do Pará, qual seja, requisito para o ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, possuir idade superior a 35 anos na data da posse. Cumpre salientar ainda que tal acréscimo se faz premente e necessário para evitar eventuais danos aos possíveis aprovados e classificados dentro do número de vagas e à Administração Pública do Estado do Pará, tendo em vista que certamente a Douta Banca e o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará possuem uma previsão factível da duração do certame, bem como o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sua organização e planejamento, típicos deste eminente órgão, possui previsão de nomeação e posse para os felizardos. Ademais, seria prejudicial a todos que fosse classificado dentro do número de vagas quem não preenchesse os requisitos do cargo em questão. Por isso, face o exposto, impugno o item 3, do edital em apreço, a fim de acrescentar o requisito previsto no inciso III, art. 17, da Lei Complementar n. 86/2013, do Estado do Pará.

Resposta: indeferido.

Em que pese os questionamentos do impugnante, muito embora a Lei Complementar nº 086/2013 tenha, à época, fixado o limite de idade de 35 anos como requisito de investidura no cargo, o MPCM editou a Resolução nº 007/2019, considerando o novo posicionamento firmado pelo STF, por meio da Súmula nº 683, que assim estabelece: “O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.”

No caso do cargo a ser preenchido – Subprocurador de Contas, constatou-se que não há como ser justificada a exigência de limite de idade em face da natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, que exige

atividade intelectual, salientando-se que, para os cargos de Juiz de Direito e Promotor, não mais existe tal exigência.

Nesse sentido, a jurisprudência do STF está consolidada, conforme arestos a seguir transcritos:

“O estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público apenas é legítimo quando justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido. [Tese definida no ARE 678.112 RG, rel. min. Luiz Fux, P, j. 25-4-2013, DJE 93 de 17-5-2013, Tema 646.]”

“CONCURSO PÚBLICO – LIMITE DE IDADE. A imposição de limite de idade para inscrição em concurso público não prescinde de base decorrente da função a ser exercida - Verbete nº 683 da Súmula do Supremo. (ARE 804547 AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-185 DIVULG 23-09-2014 PUBLIC 24-09-2014)”

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO DA POLÍCIA MILITAR. LIMITE DE IDADE: NECESSIDADE DE RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 683 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 809533 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-158 DIVULG 15-08-2014 PUBLIC 18-08-2014).

EMENTA: CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ACÓRDÃO QUE CONCLUIU PELA ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DA IDADE MÁXIMA DE 35 ANOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AS NORMAS DOS ARTS. 7º, XXX, E 37, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A Constituição Federal, em face do princípio da igualdade, aplicável ao sistema de pessoal civil, veda diferença de critérios de admissão em razão de idade, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei e aquelas em que a referida limitação constitua requisito necessário em face da natureza e das atribuições do cargo a preencher. Existência de disposição constitucional estadual que, a exemplo da federal, também veda o discrimine. Recurso extraordinário não conhecido. (STF - Recurso Extraordinário 140.945-2)

Desse modo, diante das decisões proferidas pelo STF acima transcritas, a Comissão do Concurso se manifesta pela manutenção integral dos termos do Edital, visto que as normas que estabelecem limite de idade para ingresso em cargos sem justificativa plausível vêm sendo afastadas pelo Poder Judiciário, devendo, assim, ser rejeitada a impugnação apresentada.

Sequencial: 8

Item/Subitem: 2 e 3

Argumentação: Belém – Pará, 18 de novembro de 2021. Ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE e ao Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará – MPCM/PA Referente ao Edital nº 1 – MPCM/PA – Subprocurador. TEMPESTIVIDADE Nos termos do disposto no item 1.5, qualquer cidadão poderá impugnar fundamentadamente este edital, no período estabelecido no cronograma do Anexo I do edital, a saber, de 18 a 24 de novembro de 2021. FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO Os princípios que regem os concursos públicos vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar uma situação, conforme passa a demonstrar. Conforme o Item 2, que trata do Cargo de Subprocurador de Contas, foram estabelecidos como requisitos para o cargo o diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de bacharelado em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e, no mínimo, três anos de atividade jurídica, desempenhada exclusivamente após a

obtenção do grau de bacharel em Direito. Será considerada como conclusão a data de colação de grau, comprovada por intermédio de documentos e 2 certidões, aplicando-se integralmente nos termos da Lei Complementar nº 086/2013, e suas alterações, e da Resolução nº 007/2019 – MPCM/PA. Ocorre que, conforme termos do art. 17. Parágrafo único, inciso III da Lei Complementar nº 086/2013 (Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará), há ainda um critério etário mínimo a ser atendido por ocasião do ingresso na carreira, a saber: Art. 17. O ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará dar-se-á por concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, organizado e realizado pela Procuradoria-Geral. Parágrafo Único: São requisitos para o ingresso na carreira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará: I - ser brasileiro; II - ser bacharel em Direito, com, no mínimo, três anos de atividade jurídica; III – possuir mais de 35 anos na data da posse; (Grifos nossos) Considerando-se que o certame visa o preenchimento de 02 (duas) vagas ao cargo de Subprocurador de Contas; considerando-se que a ausência de informações relacionadas ao critério etário pode afetar a transparência do certame, posto que inúmeros candidatos com idade inferior a 31 (trinta e um) anos (considerando-se o período de validade do concurso acrescido de eventual prorrogação) certamente se inscreverão no certame; e considerando-se mais ainda a existência de cláusula de barreira nas sucessivas fases do concurso, o que pode implicar na desclassificação de candidatos que atenderiam também ao critério etário, em detrimento de candidatos que talvez não possuam a idade mínima estabelecida na norma maior do MPCM/PA, impugna-se o edital do presente certame no que tange à ausência deste importante requisito básico para a investidura no cargo, devendo o mesmo estar presente ou no Item 2 – Do Cargo de Subprocurador de Contas ou no Item 3 – Dos Requisitos Básicos para a Investidura no Cargo. Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Resposta: indeferido.

Em que pese os questionamentos do impugnante, muito embora a Lei Complementar nº 086/2013 tenha, à época, fixado o limite de idade de 35 anos como requisito de investidura no cargo, o MPCM editou a Resolução nº 007/2019, considerando o novo posicionamento firmado pelo STF, por meio da Súmula nº 683, que assim estabelece: “O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.”

No caso do cargo a ser preenchido – Subprocurador de Contas, constatou-se que não há como ser justificada a exigência de limite de idade em face da natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, que exige atividade intelectual, salientando-se que, para os cargos de Juiz de Direito e Promotor, não mais existe tal exigência.

Nesse sentido, a jurisprudência do STF está consolidada, conforme arestos a seguir transcritos:

“O estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público apenas é legítimo quando justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido. [Tese definida no ARE 678.112 RG, rel. min. Luiz Fux, P, j. 25-4-2013, DJE 93 de 17-5-2013, Tema 646.]”

“CONCURSO PÚBLICO – LIMITE DE IDADE. A imposição de limite de idade para inscrição em concurso público não prescinde de base decorrente da função a ser exercida - Verbete nº 683 da Súmula do Supremo. (ARE 804547 AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJE-185 DIVULG 23-09-2014 PUBLIC 24-09-2014)”

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO DA POLÍCIA MILITAR. LIMITE DE IDADE: NECESSIDADE DE RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 683 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA

PROVIMENTO. (ARE 809533 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-158 DIVULG 15-08-2014 PUBLIC 18-08-2014).

EMENTA: CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ACÓRDÃO QUE CONCLUIU PELA ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DA IDADE MÁXIMA DE 35 ANOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AS NORMAS DOS ARTS. 7º, XXX, E 37, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A Constituição Federal, em face do princípio da igualdade, aplicável ao sistema de pessoal civil, veda diferença de critérios de admissão em razão de idade, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei e aquelas em que a referida limitação constitua requisito necessário em face da natureza e das atribuições do cargo a preencher. Existência de disposição constitucional estadual que, a exemplo da federal, também veda o discrimine. Recurso extraordinário não conhecido. (STF - Recurso Extraordinário 140.945-2)

Desse modo, diante das decisões proferidas pelo STF acima transcritas, a Comissão do Concurso se manifesta pela manutenção integral dos termos do Edital, visto que as normas que estabelecem limite de idade para ingresso em cargos sem justificativa plausível vêm sendo afastadas pelo Poder Judiciário, devendo, assim, ser rejeitada a impugnação apresentada.

Brasília/DF, 8 de dezembro de 2021.